



Estratégia
Concursos

8° SIMULADO

TJ SC

TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR

Simulado Especial

8º Simulado TJ-SC

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-SC;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJ-SC-25-04-20>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

Imagem: realidade ou fantasia ?

Podemos distinguir dois tipos de processos imaginativos: o que parte da palavra para chegar à imagem visual e o que parte da imagem visual para chegar à expressão verbal. Com relação à arte literária, perguntemos: como se forma o imaginário de uma época em que a literatura, já não mais se referindo a uma autoridade ou tradição que seria sua origem ou seu fim, visa antes à novidade, à originalidade, à invenção? Parece-me que, nessa situação, a questão da prioridade da imagem visual ou da expressão verbal (que é mais ou menos como o problema do ovo e da galinha) se inclina decididamente para a imagem visual. Entretanto, que futuro estará reservado à imaginação individual nessa que se convencionou chamar “a civilização da imagem”? O poder de evocar imagens **in absentia* continuará a desenvolver-se em uma humanidade cada vez mais inundada pelo dilúvio das imagens pré-fabricadas?

Antigamente, a memória viva do indivíduo estava limitada ao patrimônio de suas experiências diretas e a reduzido repertório de imagens refletidas pela cultura; a possibilidade de dar forma a mitos pessoais nascia do modo pelo qual os fragmentos dessa memória se combinavam entre si em abordagens inesperadas e sugestivas. Hoje, somos bombardeados por uma quantidade de imagens tal, que não conseguimos mais distinguir a experiência direta daquilo que vimos há poucos segundos na televisão.

Estamos correndo o perigo de perder uma faculdade humana fundamental: a capacidade de pôr em foco visões de olhos fechados, de fazer brotar cores e formas de um alinhamento de caracteres alfabéticos negros sobre uma página branca, de “pensar” por imagens. Penso em uma possível pedagogia da imaginação que nos habitue a controlar a própria visão interior sem sufocá-la e sem, por outro lado, deixá-la cair em confuso e passageiro fantasiar, mas permitindo que as imagens se cristalizem em forma bem definida, memorável, autossuficiente.

Seja como for, todas as “realidades” e as “fantasias” só podem tomar forma por meio da escrita, na qual exterioridade e interioridade, mundo e ego, experiência e fantasia aparecem compostos pela mesma matéria verbal; as visões polimorfos obtidas através dos olhos e da alma encontram-se contidas nas linhas uniformes de caracteres minúsculos ou maiúsculos, de pontos, de vírgulas, de parênteses; páginas inteiras de sinais alinhados, encostados uns nos outros como grãos de areia, representando o espetáculo variegado do mundo em uma superfície sempre igual e sempre diversa, como as dunas impelidas pelo vento do deserto.

* em ausência

(Ítalo Calvino, com adaptações)

01. De acordo com o desenvolvimento das ideias do texto, é **correto** afirmar que

- a) a literatura atual contribui para a formação do imaginário dos indivíduos ao reportar-se fundamentalmente às tradições das quais se originou.
- b) os segmentos “O poder de evocar imagens *in absentia*” e “a capacidade de (...) ‘pensar’ por imagens” são definições que o autor apresenta para uma única faculdade humana fundamental.
- c) não havia, em épocas passadas, novidade nem criatividade na imaginação dos indivíduos, pois a memória visual destes era limitada às experiências diretas de cada um deles e ao mundo figurativo transmitido pela cultura.
- d) o que se vê hoje na televisão passou a ser uma experiência direta do indivíduo com os acontecimentos, em contraposição ao grande número de imagens que fazem parte do cotidiano das pessoas.
- e) o autor chega à conclusão de que a imagem predomina na atualidade e que, por isso, ela é o ponto de partida para a escrita.

02. No primeiro parágrafo, é apresentado o seguinte comentário entre parênteses: “(que é mais ou menos como o problema do ovo e da galinha)”. Com esse comentário, o autor:

- a) imprime ao texto um tom misterioso, o que justifica o emprego de parênteses.
- b) enfatiza sua hesitação ao comparar as discussões, o que se evidencia no emprego da expressão “mais ou menos”.
- c) compara a questão abordada no texto com outra estabelecida como tipicamente polêmica, ou seja, aquela acerca da qual é muito difícil se chegar a uma resposta consensual.
- d) imprime relevância à inclinação da imaginação individual para a imagem na chamada “civilização da imagem”.
- e) antecipa que não apresentará opinião a respeito da questão que menciona, por ser controversa.

03. Acerca da estruturação dos parágrafos e dos períodos do texto, assinale a opção **incorreta**.

- a) Um dos parágrafos é iniciado por um verbo no modo subjuntivo.
- b) O primeiro período do segundo parágrafo contém um verbo na voz reflexiva/recíproca.
- c) No terceiro parágrafo, é apresentada uma proposta para se evitar o perigo anunciado no início desse parágrafo.
- d) No último parágrafo, compõem-se enumerações por meio do emprego da vírgula e do ponto e vírgula.
- e) Todos os parágrafos apresentam linguagem formal e todas as palavras do texto foram empregadas em seu sentido denotativo.

04. Assinale a opção em que a substituição da(s) palavra(s) sublinhada(s) pela(s) palavra(s) apresentada(s) entre parênteses **não provocaria erro gramatical ou alteração nos sentidos** do texto.

- a) “o que parte da palavra para chegar à imagem visual e o que parte da imagem visual para chegar à expressão verbal” (aquele / aquele)
- b) “Hoje, somos bombardeados por uma quantidade de imagens tal, que não conseguimos mais distinguir a experiência direta daquilo que vimos há poucos segundos na televisão” (porque)
- c) “Penso em uma possível pedagogia da imaginação que nos habitue a controlar a própria visão interior sem sufocá-la” (mesma)
- d) “todas as ‘realidades’ e as ‘fantasias’ só podem tomar forma por meio da escrita” (perante)
- e) “encostados uns nos outros como grãos de areia” (por exemplo)

05. Assinale a opção em que, na alteração feita em trecho do texto, verifica-se o **correto** emprego do acento indicativo de crase.

- a) A literatura já não mais se refere à autoridades ou tradições que seriam sua origem ou seu fim.

- b) O poder de provocar imagens *in absentia* continuará a se desenvolver, à priori, em uma humanidade cada vez mais inundada pelo dilúvio das imagens pré-fabricadas?
- c) A memória visiva do indivíduo estava limitada ao patrimônio de suas experiências diretas e à imagens refletidas pela cultura.
- d) Penso em uma possível pedagogia da imaginação que nos controle à própria visão interior sem sufocá-la.
- e) Seja como for, às realidades e às fantasias somam-se as leituras por meio da escrita.

06. Assinale a opção que está **de acordo com** as regras de concordância nominal e verbal.

- a) Apesar das campanhas governamentais em favor da legalidade das relações de trabalho, existe, ainda, no Brasil, muitos trabalhadores que, mesmo sendo assalariados, não tem carteira de trabalho, ou seja, se submetem a formas ilegais de trabalho.
- b) Conforme análises de especialistas da área do trabalho, verificam-se, nas relações trabalhistas brasileiras, várias distorções que se originaram na ausência de legislação específica para determinadas ocupações no mundo do trabalho.
- c) Fazem bem mais de cinquenta anos que foi promulgado, após muitas reivindicações dos trabalhadores, a CLT, mas ainda se observa, no Brasil, que muitas empresas resistem a cumprir seus deveres como empregadores de trabalhadores assalariados.
- d) Os que defendem os direitos dos trabalhadores afirmam que devem haver, em nosso país, leis que disponham sobre as novas formas de trabalho autônomo e coíbam o estabelecimento de relações informais de trabalho por aqueles que detêm poder de oferecer empregos.
- e) Grande parte dos grandes empresários relutou em considerar ilegal ou informal, apesar das evidências em contrário, as relações de trabalho que eles mantêm com os chamados novos autônomos.

07. Todos se à espera dos resultados que em breve. Preenche **corretamente** as lacunas da frase a opção:

- a) deteem - viriam
- b) detêm - virão
- c) detém - veem
- d) detiveram - veem
- e) deteram – vêm

08. Preencha as lacunas com as formas adequadas dos verbos entre parênteses e assinale a sequência **correta**:

Quando elesI.... (refazer) o relatório,II.... (receber) a primeira parcela do pagamento. Se vocêIII.... (poder) cumprir os prazos,IV.... (ficar) liberado mais cedo.

- a) refazerem, receberiam, puder ,ficara .
- b) refazerem, receberão ,pode, ficou .
- c) refizerem, receberão, pudesse, ficaria .
- d) refizerem, receberiam, pôde, ficava .
- e) refizessem, receberão, podia, ficará .

09. "Pensemos no avião, pensemos no caminhão, pensemos no navio, mas não **esqueçamos** o trem."

Das alterações feitas no final da frase acima, a **inaceitável**, por apresentar a forma verbal em modo ou tempo **diferente** do da forma em negrito, é:

- a) mas não receemos o trem
- b) mas não nos riamos do trem
- c) mas não renunciemos ao trem
- d) mas não descreiamos do trem
- e) mas não nos olvidamos do trem

10. Indique a opção correta, no que se refere à concordância verbal, **de acordo com** a norma culta:

- a) Haviam muitos candidatos esperando a hora da prova.
- b) Choveu pedaços de granizo na serra gaúcha.
- c) Faz muitos anos que a equipe do IBGE não vem aqui.
- d) Bateu três horas quando o entrevistador chegou.

e) Fui eu que abriu a porta para o agente do censo.

11. Assinale a opção em que as **duas** frases se completam **corretamente** com o pronome **lhe**:

- a) Não amo mais. / O filho não obedecia.
- b) Espero-..... há anos. / Eu já conheço bem.
- c) Nós queremos muito bem. / Nunca perdoarei, João.
- d) Ainda não encontrei trabalhando, rapaz. / Desejou-..... felicidades.
- e) Sempre vejo no mesmo lugar. / Chamou-..... de tolo.

12. Assinale a opção em que houve **erro** no emprego do pronome pessoal em relação ao uso culto da língua:

- a) Ele entregou um texto para mim corrigir.
- b) Para mim, a leitura está fácil.
- c) Isto é para eu fazer agora.
- d) Não saia sem mim.
- e) Entre mim e ele há uma grande diferença.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Alex Lira

13. João comprou bombons e precisa distribuí-los para 17 crianças de sua vizinhança. Distribuindo-se 13 bombons por criança irão sobrar 4 bombons sem serem distribuídos entre as crianças. Se a mesma quantidade de bombons fosse distribuída igualmente por 24 crianças, cada criança receberia 9 bombons e sobriariam, sem serem distribuídas entre as crianças, um total de bombons igual a

- a) 3.
- b) 7.
- c) 9.
- d) 6.
- e) 8.

14. Uma bolsa foi adquirida por R\$ 1.400,00 e será vendida com lucro de 20% sobre o preço de compra acrescido com 15% de imposto. Qual o preço de venda dessa bolsa?

- a) R\$ 1.540,00.
- b) R\$ 1.442,00.
- c) R\$ 1.932,00.
- d) R\$ 1.890,00.
- e) R\$ 1.952,00.

15. Uma herança de R\$ 47.600,00 foi distribuída, a três filhos, em partes diretamente proporcionais às respectivas idades. Sabendo que as idades são 23, 35 e 54 anos, a diferença, em reais, entre o valor daquele que recebeu mais e o valor daquele que recebeu menos, é

- a) 16650
- b) 8925
- c) 12745
- d) 13175
- e) 9850

16. Em uma loja, 12 vendedores com a mesma eficiência, venderam uma quantidade x de produtos em 2 horas e 45 minutos. No dia seguinte, 3 dentre os 12 vendedores do dia anterior, venderam $x/3$ de produtos em um tempo igual a

- a) 4 horas e 10 minutos.
- b) 2 horas e 55 minutos.
- c) 3 horas e 15 minutos.
- d) 4 horas e 30 minutos.
- e) 3 horas e 40 minutos.

17. Considere as seguintes afirmações:

- I. Amélia é atriz ou Bruno não é diretor.
- II. Cássia é estilista e Diana não é cantora.
- III. Elias não é segurança ou Filipe é assistente.
- IV. Se Bruno é diretor, então Elias não é segurança.

Sabe-se que as afirmações I e IV são falsas e que as afirmações II e III são verdadeiras. Sendo assim, é logicamente VERDADEIRA a alternativa

- a) Diana é cantora ou Amélia é atriz.
- b) Se Amélia é atriz, então Elias é segurança.
- c) Filipe não é assistente e Cássia é estilista.
- d) Se Bruno é diretor, então Diana é cantora.
- e) Ou Bruno não é diretor ou Filipe não é assistente.

18. Alessandro, Bruno, Carina e Denise saíram vestindo camisas do seu time de futebol. Sabe-se que cada pessoa torce por um time diferente, e que os times são: Flamengo, Corinthians, São Paulo, Vasco, não necessariamente nessa ordem. Carina é corintiana, Bruno não torce pelo Flamengo nem São Paulo, Denise é são-paulina. Sendo assim, conclui-se que Alessandro e Bruno, respectivamente, torcem para

- a) Flamengo e Corinthians.
- b) Vasco e Flamengo.
- c) São Paulo e Vasco.
- d) Flamengo e Vasco.
- e) Vasco e Corinthians.

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Torques

19. De acordo com a Lei nº 10.048/2000, é correto afirmar que:

- a) É garantido o atendimento prioritário às pessoas com deficiência, aos idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta anos), as gestantes, as lactantes e as pessoas com crianças de colo apenas.
- b) As repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas. Tal obrigação não se estende às instituições financeiras.
- c) As pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos terão atendimento prioritário.
- d) As empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo reservarão assentos, devidamente identificados, aos idosos, gestantes, lactantes, pessoas portadoras de deficiência, pessoas acompanhadas por crianças de colo e obesos.
- e) Os veículos de transporte coletivo a serem produzidos após 5 (cinco) anos da publicação da Lei nº 10.048/2000 serão planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas portadoras de deficiência.

20. Com base na Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, assinale a alternativa correta quanto os elementos de urbanização:

- a) O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para todas as pessoas, inclusive para aquelas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

b) O passeio público, elemento facultativo de urbanização e parte da via pública, normalmente segregado e nivelado, destina-se somente à circulação de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano e de vegetação.

c) Os eventos organizados em espaços públicos e privados em que haja instalação de banheiros químicos não são obrigados a apresentar unidades acessíveis às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

d) Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas, localizadas a critério da administração do estacionamento, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção.

e) Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas, pelo menos, dez por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

21. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina realizou procedimento licitatório para contratação de serviços considerados comuns. Diante dessa situação, a Administração:

a) poderá adotar a licitação na modalidade pregão, que será realizada preferencialmente na modalidade presencial ou, desde que devidamente fundamentado pela autoridade competente, por meio eletrônico.

b) a modalidade pregão poderá ser utilizada em sua forma eletrônica, desde que os valores dos serviços não ultrapassem o limite aplicável à modalidade tomada de preços.

c) poderá adotar a modalidade pregão, inclusive por meio eletrônico, sendo que o prazo mínimo entre a divulgação do instrumento convocatório e o recebimento das propostas será de oito dias úteis, contados a partir de quando for publicado o aviso.

- d) pode realizar o procedimento através do pregão, com a utilização do critério de menor preço, preferencialmente, ou de técnica e preço, se houver justificativa.
- e) caso o procedimento adotado seja o pregão, a garantia de proposta deverá corresponder a 1% (um por cento) do valor da contratação.

22. Em relação aos atos de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992), é possível afirmar corretamente que:

- a) é sujeito passivo dos atos de improbidade a entidade para a qual o erário contribuiu com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, devendo a sanção patrimonial, eventualmente aplicada ao agente infrator, ficar limitada ao total do patrimônio líquido da entidade.
- b) quem não for agente público responderá pelos seus atos contra o patrimônio público em ação própria, independentemente da responsabilidade do agente estatal.
- c) os sucessores daqueles que causarem lesão ao patrimônio público estão sujeitos às cominações da Lei de Improbidade, respondendo pela totalidade do prejuízo causado aos cofres públicos.
- d) nos casos em que ocorrer uma ação ou omissão, dolosa ou culposa, que gere lesão ao patrimônio público, será cabível ressarcimento integral do dano.
- e) importa em enriquecimento ilícito a conduta culposa que leve a auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo público.

23. Na hipótese de um acidente envolvendo uma viatura do Estado de Santa Catarina, em que ficar demonstrado que o particular envolvido contribuiu para o evento danoso, pode-se afirmar acerca da responsabilidade civil do Estado que:

- a) no caso de ter sido comprovada a culpa concorrente do particular, o Estado poderá ter sua responsabilidade atenuada, caso comprove tal circunstância.

b) a culpa exclusiva da vítima enseja a responsabilização objetiva do particular, invertendo a responsabilidade da Administração.

c) mesmo que se trate de caso fortuito ou força maior, o Estado responderá diretamente, com base na teoria da responsabilidade objetiva pura.

d) a responsabilidade civil do Estado por omissão é sempre objetiva, sendo genérica ou específica, motivo pelo qual o Estado responderá integralmente pelo dano decorrente do acidente.

e) os agentes do Estado atuam sempre como garantidores da população, de forma que, no caso de acidentes de trânsito, a responsabilidade será sempre objetiva e estatal, independentemente de nexos causal.

24. Maria é a autoridade hierarquicamente superior a Pedro. Contudo, Maria foi convidada a participar de um evento internacional sobre Direito Público, a ser realizado na capital federal. Em virtude de seu afastamento, Maria elaborou portaria, delegando as suas atribuições para Pedro, durante o período de realização do evento. Nesse caso, considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que

- a) Maria responderá, em regra, pelos atos editados por Pedro, no exercício da delegação.
- b) desde que a delegação seja devidamente publicada em meio oficial, poderá ser realizada para tratar da decisão de recursos administrativos.
- c) no caso de matéria de competência exclusiva de Maria, o ato poderá ser realizado por Pedro, desde que exista previsão de ratificação, quando Maria retornar ao exercício de suas atribuições.
- d) alternativamente à delegação, a autoridade competente poderia ter designado um substituto ou interino, permitindo que este exercesse as atribuições próprias do cargo desempenhado por Maria, durante o período do afastamento desta.
- e) o ato de delegação não poderia incluir reserva de competências, uma vez que, a partir da delegação, o agente delegado passa a deter a titularidade do exercício das atribuições.

25. Os atos administrativos possuem alguns atributos ou características, que os diferem dos atos privados. Acerca desse tema, é possível afirmar corretamente que:

- a) o atributo da autoexecutoriedade, presente em todos os tipos de atos, corresponde a possibilidade de imediata aplicação das determinações estatais.
- b) a tipicidade se relaciona com a legalidade, na medida em que o ato administrativo deve corresponder a figuras previamente definidas em lei como aptas a produzir determinados resultados.
- c) a imperatividade, sinônimo de autoexecutoriedade, está presente em atos que imponham ou não obrigações aos administrados.
- d) a presunção de veracidade dos atos não gera como consequência a inversão do ônus da prova, que cabe, em qualquer hipótese, à Administração.
- e) o atributo da finalidade corresponde ao objetivo de interesse público que a administração visa a alcançar com o ato.

26. Acerca da organização administrativa, é possível afirmar acerca das fundações públicas:

- a) atualmente, o ordenamento somente admite a existência das fundações de direito público, similares às autarquias.
- b) as fundações são criadas por lei complementar, que especifica a sua área de atuação.
- c) as fundações públicas de direito público, em âmbito estadual, têm foro competente na justiça comum estadual.
- d) apenas as fundações de direito público submetem-se às regras licitatórias e de contratação definidas na Lei nº 8.666/1993.
- e) os agentes públicos das fundações de direito público ou privado são ocupantes de cargos públicos e sujeitos ao regime estatutário.

27. João é servidor público do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Ele participou do processo eleitoral e foi eleito vereador pelo município de Blumenau. Considerando as regras constitucionais e que João pretende assumir o mandato de vereador,

- a) a acumulação com o cargo efetivo será possível, em qualquer caso.
- b) não seria possível a acumulação, devendo, nesse caso, pleitear a exoneração ou a concessão de licença para tratar de interesses particulares.
- c) será possível acumular, desde que exista compatibilidade de horários e se observe o teto constitucional remuneratório, a partir do somatório do subsídio de vereador com a remuneração do cargo efetivo.
- d) a situação não seria juridicamente possível, pois os servidores públicos não poderiam concorrer a mandato eletivo.
- e) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

28. Acerca da modalidade licitatória concorrência, de acordo com o que está disposto na Lei nº 8.666/1993, é correto afirmar que

- a) sempre será utilizada para a alienação de imóveis, independentemente de sua origem.
- b) é utilizada para a alienação de bens imóveis inservíveis, vedada a dispensa de licitação.
- c) quando a origem do bem imóvel derivar de procedimento judicial ou de dação em pagamento, a alienação poderá ser feita por intermédio das modalidades concorrência ou leilão.
- d) é vedada sua utilização para licitações internacionais.
- e) não pode ser utilizada no procedimento de registro de preços.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

29. Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:

- a) Construir uma sociedade livre, justa e igualitária.
- b) Promover a igualdade entre os Estados.
- c) Garantir os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- d) Promover a defesa da paz.
- e) Erradicar a pobreza e a marginalização.

30. São direitos sociais elencados expressamente na Constituição Federal:

- a) Educação, saúde, moradia e propriedade.
- b) Lazer, trabalho, transporte e alimentação.
- c) Previdência social, assistência aos desamparados, educação e liberdade de crença religiosa.
- d) Trabalho, segurança, propriedade e liberdade de associação.
- e) Proteção à maternidade e à infância, lazer, moradia e liberdade de reunião.

31. Sobre os direitos de sindicalização e greve, indique a única assertiva INCORRETA.

- a) O direito de sindicalização é fruto de liberdade, razão pela qual a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, embora possa exigir o registro no órgão competente, para assegurar a observância do princípio da unicidade.
- b) Ninguém pode ser obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato, mas é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- c) Conquanto o aposentado filiado tenha o direito de votar nas organizações sindicais, não tem o direito de ser votado.

d) É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

e) Embora a Constituição Federal assegure ao trabalhador o direito de greve, a lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

32. João, filho de pai alemão e mãe canadense, nasceu no Brasil. No momento de seu nascimento, seus pais estavam no país clandestinamente, foragidos da Alemanha, local em que foram condenados por tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins. Sobre João, é correto afirmar que:

- a) poderá adquirir a nacionalidade brasileira após completar 18 anos, desde que continue a residir no Brasil e requeira formalmente a sua nacionalidade.
- b) por ser brasileiro nato, atendidos aos demais requisitos constitucionais, poderá ser eleito ao cargo de Presidente da República.
- c) poderá ser extraditado do Brasil caso venha a praticar, após a sua naturalização, o crime de tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins, ou caso venha a praticar crime comum antes de sua naturalização.
- d) Os pais de João, em razão de o filho ser brasileiro nato, não poderão ser extraditados do Brasil.
- e) João não poderia adquirir a nacionalidade brasileira na condição primária, porque seus pais entraram no Brasil clandestinamente.

33. Por iniciativa de deputado federal, foi apresentado ao Congresso Nacional projeto de lei complementar que objetiva a criação do Estado de Camboriú, a partir do desmembramento do Estado de Santa Catarina. A respeito do assunto, indique a alternativa compatível com o disposto na Constituição Federal.

- a) A Constituição Federal proíbe a secessão, motivo pelo qual o projeto de lei complementar deveria ser arquivado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.
- b) A votação do projeto pelo Congresso Nacional dependeria de autorização, por meio de plebiscito, da população brasileira.
- c) A criação do Estado de Camboriú dependeria de divulgação dos Estudos de Viabilidade Estadual, apresentados e publicados na forma da lei.
- d) O Estado de Camboriú poderia ser criado por lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional, após consulta prévia à população diretamente interessada, desde que o resultado do plebiscito fosse positivo.
- e) O projeto de lei complementar destinado à criação de novos Estados é da iniciativa privativa do Presidente da República, razão pela qual há vício de iniciativa no processo legislativo que não pode ser convalidado pela sanção presidencial.

34. Joinville, segundo o levantamento do IBGE/2018, possui 583.144 habitantes, sendo considerada a cidade mais populosa do Estado de Santa Catarina. Nos termos expressos na Constituição Federal, a quantidade máxima de vereadores por Município leva em conta o número de habitantes da cidade. Considerando o número informado de habitantes e o texto da Constituição Federal, é correto afirmar que a quantidade máxima de vereadores em Joinville é de:

- a) 25
- b) 19
- c) 17
- d) 21
- e) 23

35. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina processou e julgou originariamente mandado de segurança impetrado contra o Governador do Estado. Sabendo que a decisão foi denegatória, o impetrante, inconformado, em grau de recurso, poderá interpor:

- a) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.
- d) recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- e) recurso especial ao Supremo Tribunal Federal.

36. Nos termos da Constituição Federal:

- a) Compete privativamente ao Senado Federal proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- b) Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- c) Compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- d) Compete privativamente ao Presidente da República exercer, com o auxílio do Senado Federal, a direção superior da administração federal
- e) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

37. Considere os enunciados seguintes, relativos à cláusula penal:

- I. A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora.
- II. Quando se estipular a cláusula penal para o caso de mora, ou em segurança especial de outra cláusula determinada, terá o credor o arbítrio de exigir a satisfação da pena cominada, juntamente com o desempenho da obrigação principal.
- III. Para exigir a pena convencional, é necessário que o credor alegue prejuízo, não sendo possível a presunção de danos prévios.
- IV. Quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do devedor.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I, III e IV.
- d) III e IV.
- e) II e IV.

38. Sobre os defeitos do negócio jurídico, é correto afirmar:

- a) O negócio jurídico celebrado com simulação é anulável mesmo sem ter causado prejuízos a terceiros.
- b) O dolo acidental não anula o negócio jurídico e, portanto, não gera direito à indenização.
- c) Desde que escusável, é anulável o negócio jurídico por erro in negotio, in persona e in corpore.
- d) O negócio jurídico celebrado com coação é nulo mesmo que a coação seja praticada por terceiro.

e) A lesão pode anular o negócio jurídico ainda que a desproporção das prestações se manifeste posteriormente à celebração do negócio.

39. Domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- a) O domicílio do preso é o lugar onde foi julgada a ação penal.
- b) O domicílio do servidor público é o lugar em que ele exerce permanentemente suas funções.
- c) O domicílio do incapaz é o do local onde ele for encontrado.
- d) Se a pessoa natural não tiver residência habitual, ter-se-á por seu domicílio a última residência registrada em seu nome.

e) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde alternadamente viva, considerar-se-á seu domicílio apenas o lugar onde a profissão é exercida.

40. Sobre as diferentes classes de bens, assinale a alternativa correta.

- a) Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- b) Os bens naturalmente divisíveis só podem tornar-se indivisíveis por determinação legal.
- c) São bens imóveis o solo, o subsolo e o espaço aéreo e apenas o que se lhe incorporar artificialmente.
- d) Consideram-se bens móveis as energias que tenham valor econômico e o direito à sucessão aberta.
- e) Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.

41. Fernando, atualmente, com 17 (dezesete) anos de idade, nasceu sem o movimento das pernas. Quanto a personalidade e capacidade de Fernando, podemos afirmar:

- a) que Fernando possui incapacidade absoluta, o que acarreta a proibição total do exercício dos atos da vida civil, por si só;
- b) a personalidade jurídica e capacidade de fato de Fernando tiveram início no dia que este nasceu com vida;
- c) possui incapacidade relativa apenas em razão do critério etário;
- d) sendo Fernando uma pessoa moral passou a ter personalidade jurídica no dia do registro no cartório que confeccionou sua Certidão de Nascimento;
- e) possui incapacidade absoluta em virtude de ser pessoa com deficiência.

42. No tocante à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar:

- a) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das existentes, revoga ou modifica a lei anterior.
- b) Em nosso ordenamento jurídico, a revogação de uma lei deve ser sempre expressa.
- c) As correções a texto de lei já em vigor referem-se à própria norma, não se considerando lei nova.
- d) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país imediatamente após sua publicação oficial.
- e) Embora não seja a regra geral, é possível haver repristinação legal, desde que haja disposição expressa nesse sentido.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

43. Sobre as normas fundamentais do processo, é correto afirmar que:

- a) O processo sempre começa por iniciativa da parte (Princípio da Inércia) e se desenvolve por impulso oficial (Princípio do Impulso Oficial).
- b) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados exclusivamente pelos juízes.
- c) O princípio da duração razoável do processo aplica-se unicamente à solução integral do mérito.
- d) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.
- e) O Princípio da Boa-fé, previsto expressamente no Código, aplica-se apenas às partes do processo.

44. As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações. Prevê o Código de Processo Civil que:

- a) A eleição de foro poderá ser expressa ou tácita.
- b) O foro contratual não obriga herdeiros e sucessores das partes.
- c) O juiz poderá, a qualquer momento, reputar ineficaz a cláusula de eleição de foro.
- d) A cláusula de eleição de foro, se abusiva, poderá ser suscitada a qualquer momento pela parte prejudicada.
- e) Citado, incumbe ao réu alegar a abusividade da cláusula de eleição de foro na contestação, sob pena de preclusão.

45. Considerando o disposto sobre a calendarização processual prevista no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O calendário processual será estabelecido de comum acordo pelas partes, sem participação do juiz.
- b) De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso.
- c) O calendário processual vinculará as partes e o juiz, sendo vedada a modificação dos prazos previstos.
- d) As partes deverão ser intimadas para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário.
- e) Os prazos processuais previstos no calendário poderão ser modificados livremente.

46. A Lei nº 12.016/2009 estabelece que concedido o mandado, o juiz transmitirá em ofício, por intermédio do oficial do juízo, ou pelo correio, mediante correspondência com aviso de recebimento, o inteiro teor da sentença à autoridade coatora e à pessoa jurídica interessada. Com base na Lei do Mandado de Segurança, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas quando a sentença denegar o mandado caberá apelação.
- b) A autoridade coatora não tem legitimidade recursal.
- c) A sentença que conceder o mandado de segurança pode ser executada provisoriamente, salvo nos casos em que for vedada a concessão da medida liminar.
- d) Quando o mandado de segurança for de competência originária dos tribunais, a instrução caberá ao relator, sendo vedada a defesa oral visando a celeridade processual.
- e) Da decisão do relator que conceder ou denegar a medida liminar caberá agravo ao Presidente do tribunal recorrido.

47. A Lei nº 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais) estabelece a competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade. Sobre as citações, intimações, revelia e conciliação nos Juizados, assinale a alternativa correta:

- a) A citação será feita pelo correio, por oficial de justiça, pelo escrivão ou chefe de secretaria (se o citando comparecer em cartório), por edital ou por meio eletrônico, conforme regulado em lei.
- b) As partes comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação.
- c) A revelia será verificada caso o demandado não compareça apenas à sessão de conciliação, não havendo tal consequência em caso de ausência à sessão de instrução e julgamento.
- d) Por ter sido levada ao Judiciário, a questão litigiosa não poderá ser, posteriormente, submetida ao juízo arbitral.
- e) Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo juiz togado, mediante sentença com eficácia de título executivo extrajudicial.

48. Com base na Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa correta quanto à audiência de instrução e julgamento e à resposta do réu nos Juizados Especiais:

- a) Não obtida a conciliação e não instituído o juízo arbitral, a audiência de instrução e julgamento será designada para um dos quinze dias subsequentes.
- b) Na audiência de instrução e julgamento serão ouvidas as partes, colhida a prova e, em seguida, os autos seguirão conclusos ao juiz para proferimento de sentença.
- c) Todos os incidentes que possam interferir no regular prosseguimento da audiência serão decididos de plano e as demais questões serão decididas na sentença.
- d) Quando a parte apresentar documentos, o juiz suspenderá a audiência para que haja manifestação da parte contrária.
- e) A contestação, que será oral ou escrita, conterà toda matéria de defesa, exceto a arguição de suspeição ou impedimento do juiz. Caso o réu apresente pedido em seu favor, o autor deverá respondê-lo na própria audiência.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

49. O agente que mata alguém, por imprudência, negligência ou imperícia, na direção de veículo automotor, comete o crime previsto no art. 302, da Lei n.º 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), e não o crime previsto no art. 121, § 3.º, do Código Penal. Assinale, dentre os princípios adiante mencionados, em qual deles está fundamentada tal afirmativa.

- a) Princípio da consunção.
- b) Princípio da alternatividade.
- c) Princípio da especialidade.
- d) Princípio da legalidade.
- e) Princípio da lesividade

50. De acordo com a lei penal brasileira, é considerado extensão do território nacional as:

- a) embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro, onde quer que se encontrem.
- b) embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública, desde que se encontrem no espaço aéreo brasileiro ou em alto-mar.
- c) aeronaves e embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, onde quer que se encontrem.
- d) embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública, desde que se encontrem a serviço do governo brasileiro.
- e) aeronaves e embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, desde que estejam a serviço do governo do Brasil e se encontrem no espaço aéreo brasileiro ou em alto-mar.

51. A respeito da imputabilidade penal, assinale a opção correta.

- a) O juiz pode aplicar o perdão, se o agente, por embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuir, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

b) Os menores de vinte e um anos de idade são penalmente inimputáveis, estando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

c) É isento de pena o agente que, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não seja inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

d) Excluem a imputabilidade penal a emoção, a paixão e a embriaguez culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos.

e) É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, tenha sido, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

52. Com relação ao concurso de agentes, assinale a opção **INCORRETA**:

a) No CP, adota-se, em relação ao concurso de agentes, a teoria monística ou unitária, segundo a qual, aquele que, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas na medida de sua culpabilidade; no referido código, adota-se, ainda, o conceito restritivo de autor, entendido como aquele que realiza a conduta típica descrita na lei, praticando o núcleo do tipo.

b) O ajuste, a determinação, a instigação ou o auxílio são sempre puníveis sob a forma de participação, mesmo que o delito não chegue à fase de execução.

c) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.

d) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

e) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave

53. Pedro, Investigador da Polícia Civil de Santa Catarina, legalmente, efetua prisão do acusado Manoel em virtude da prática de diversos crimes de furto e encontra com o detido diversas joias, que sabidamente são produto de crime. Pedro, então, toma algumas das joias para si, delas se apoderando definitivamente, e as deixa de apresentar à apreensão da autoridade policial. A conduta descrita amolda-se ao tipo penal que descreve o crime de

- a) peculato.
- b) receptação.
- c) apropriação indébita.
- d) prevaricação.
- e) furto.

54. A conduta de deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente configura o crime de

- a) concussão.
- b) prevaricação.
- c) abandono de função.
- d) condescendência criminosa.
- e) usurpação de função pública.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

55. A respeito da ação penal privada, assinale a opção correta.

- a) Considera-se perempta a ação penal privada quando um dos sucessores do querelante perdoar o autor da infração penal e este aceitar o perdão.
- b) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, não se estende aos demais agentes da infração penal e, para produzir seus efeitos legais, depende de aceitação.

c) A queixa poderá ser dada por procurador com poderes especiais, devendo constar do instrumento do mandato a menção do fato criminoso.

d) O querelante poderá optar, entre os autores da infração penal, contra qual deseja oferecer a queixa-crime.

e) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, se comparecer mais de uma pessoa com direito de queixa, terá preferência o cônjuge, e, na ausência deste, o parente mais próximo na ordem de ascendente, descendente ou irmão. Havendo divergência entre os sucessores, o juiz extinguirá a ação penal.

56. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes, exceto:

a) se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles;

b) se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia;

c) se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes;

d) tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito;

e) se tiver aconselhado qualquer das partes;

57. Sobre a citação no processo penal assinale a opção correta:

- a) A citação inicial far-se-á por mandado, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado; por carta precatória quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante; e por carta rogatória se estiver no estrangeiro. Em nenhum caso a prescrição será suspensa.
- b) O réu poderá ser citado com hora certa, aplicando-se ao processo penal as regras estabelecidas no Código de Processo Civil, no caso em que o réu se oculta para não ser citado.
- c) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, não podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes.
- d) O processo não seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo, suspendendo-se o processo e a prescrição até que o réu seja encontrado.
- e) É válida a citação, por edital, de réu preso na mesma unidade da Federação em que o juiz exerce a sua jurisdição.

58. Carminha foi presa, quando estava em sua casa assistindo à televisão, porque supostamente teria participado de um roubo a uma loja de celulares evadindo-se do local escondendo-se em sua residência. Os responsáveis pela prisão foram dois policiais civis que realizavam diligências de um outro crime próximo ao local dos fatos e a partir de uma denúncia anônima passaram a verificar a ocorrência em questão. Ao realizar a prisão os policiais identificaram Carminha a partir da descrição fornecida pela denúncia anônima. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- a) Trata-se de flagrante próprio, previsto no art. 302, I, do Código de Processo Penal.

- b) Trata-se de flagrante próprio, previsto no art. 302, II, do Código de Processo Penal.

- c) A prisão é ilegal, pois não está presente nenhuma das situações autorizadoras da prisão em flagrante.

- d) Trata-se de flagrante presumido, previsto no art. 302, IV, do Código de Processo Penal.

- e) Trata-se de flagrante impróprio, previsto no art. 302, III, do Código de Processo Penal.

59. A respeito dos recursos no processo penal, assinale a opção INCORRETA:

- a) Da decisão que recebe a denúncia ou a queixa cabe recurso em sentido estrito.

- b) Caso a parte interponha o recurso errado, por mero equívoco e de boa-fé, dentro do prazo para o recurso correto, o juiz o receberá e mandará processá-lo pelo rito do recurso cabível.

- c) Na hipótese de concurso de agentes, caso o Tribunal, no julgamento de apelação interposta apenas por um dos acusados, dê provimento ao recurso para absolvê-lo, reconhecendo a atipicidade da conduta, por ter ocorrido abolitio criminis, deverá estender o resultado ao corréu, ainda que a sentença tenha transitado em julgado com relação a este.

- d) O recurso cabível da decisão de absolvição sumária no processo comum (art. 397, do Código de Processo Penal) é o de apelação.

- e) Decisão que conceda ou denegue ordem de habeas corpus é impugnável por meio de recurso em sentido estrito.

60. João Xavier foi denunciado pelos crimes de lesão corporal e furto. Todavia, há cinco dias foi condenado tão somente pelo delito de lesão corporal, tendo sido absolvido pelo crime de furto, uma vez que foi reconhecida na sentença a inexistência do fato. Assim sendo, é correto afirmar que

- a) João Xavier não poderá apelar da sentença, visto que foi absolvido.
- b) João Xavier não poderá recorrer da sentença, uma vez que não interpôs o termo de apelação no prazo de 3 dias conforme previsto em lei.
- c) João Xavier não poderá intentar o recurso cabível por falta de interesse e legitimidade processual.
- d) considerando que as apelações poderão ser interpostas, quer em relação a todo o julgado, quer em relação a parte dele, João Xavier poderá recorrer com relação à condenação pelo crime de lesão corporal
- e) por se tratar de uma das hipóteses de recurso em sentido estrito, João Xavier deverá interpor, por meio de seu advogado, recurso no prazo legal de 10 dias, contados da data de sua intimação pessoal da condenação pelo crime de lesão corporal.

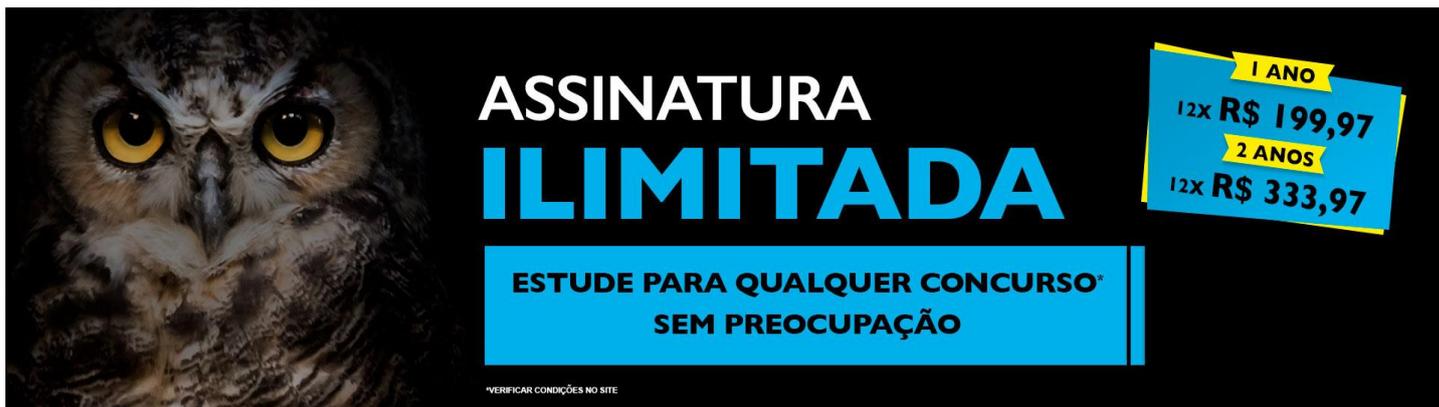
Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-SC-25-04-20>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

Concursos



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE